

## BizCapital Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente Em 31 de dezembro de 2019





# Índice

Relatório dos auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	14

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

#### **Grant Thornton Auditores Independentes**

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Bizcapital Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.** Rio de Janeiro - RJ

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis **Bizcapital Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Bizcapital Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2020.

Marcio Romulo Pereira CT CRC RJ- 076774-O - 7

Grant Thornton Auditores Independentes CRC SP-025.583/O-1

CNPJ: 27.757.072/0001-34

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2019	2018
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.272.946	4.944.198
Títulos e valores mobiliários	5	669.134	-
Contas a receber	6	7.624.334	28.287.258
Tributos a recuperar		222.983	61.380
Outros créditos		4.601	17.918
~		13.793.998	33.310.754
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	6	1.134.870	939.960
Contas a receber - partes relacionadas	7		5.029
		1.134.870	944.989
TOTAL DO ATIVO		14.928.868	34.255.743
PASSIVO			
CIRCULANTE Fornecedores		16.345	21.862
Tributos a recolher		17.117	13.016
Debêntures a pagar	8	10.458.733	17.479.747
Outras contas a pagar	O	39.453	17.473.747
Outras contas a pagar		10.531.648	17.514.625
NÃO CIRCULANTE		10.551.040	17.514.625
Contas a pagar - partes relacionadas	7	342.563	1.238.302
Debêntures a pagar	8	0 <del>1</del> 2.000	10.143.003
Bosomaroo a pagar	Ü	342.563	11.381.305
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		042.000	11.001.000
Capital social	9	7.700.000	7.700.000
Prejuízos acumulados	Ü	(3.645.343)	(2.340.187)
		4.054.657	5.359.813
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.928.868	34.255.743

CNPJ: 27.757.072/0001-34

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2019	2018
Receita líquida	10	9.110.024	6.261.408
Custo dos serviços prestados	11	(8.596.023)	(7.476.603)
LUCRO BRUTO		514.001	(1.215.195)
(DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	12	(2.567.684)	(1.593.434)
Outras despesas e receitas operacionais	11	(238.158)	934.593
Prejuízo Operacional		(2.291.841)	(1.874.036)
Receitas financeiras	13	1.160.255	29.631
Despesas financeiras	13	(173.570)	(90.054)
Resultado financeiro líquido		986.685	(60.423)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.305.156)	(1.934.459)
Prejuízo básico por ação	14	(0,11)	(0,17)
Prejuízo diluído por ação	14	(0,11)	(0,17)

CNPJ: 27.757.072/0001-34

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em reais - R\$)

	2019	2018
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.305.156)	(1.934.459)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(1.305.156)	(1.934.459)

CNPJ: 27.757.072/0001-34

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		700.000	(405.729)	294.271
Aumento de capital	9	7.000.000	-	7.000.000
Prejuízo do exercício		-	(1.934.459)	(1.934.459)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		7.700.000	(2.340.188)	5.359.812
Prejuízo do exercício		-	(1.305.156)	(1.305.156)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		7.700.000	(3.645.344)	4.054.656

CNPJ: 27.757.072/0001-34

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$)

	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(1.305.156)	(1.934.459)
Ajustes ao prejuízo do exercício		
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	9.637.693	4.208.560
Juros sobre contas la receber	16.184.612	(6.132.507)
Perdas em contas a receber	6.206.813	444.341
Juros sobre debêntures – perdão de dívida	(4.203.556)	(895.458)
Provisão para dedução de debêntures a pagar	(8.995.742)	(2.453.590)
Reversão PECLD	(1.770.942)	(443.174)
Juros sobre debêntures a pagar – partes relacionadas	-	662.907
Juros sobre debêntures a pagar	7.954.073	5.058.726
	23.707.795	(1.484.653)
Variação nos ativos operacionais		
Títulos e valores mobiliários	(669.134)	-
Contas a receber	(5.586.606)	(23.111.004)
Impostos a recuperar	(161.603)	(59.395)
Outros créditos	13.317	2.654
	(6.404.026)	(23.167.745)
Variação nos passivos operacionais	,	,
Obrigações fiscais a recolher	4.101	(13.321)
Fornecedores	(5.517)	`21.862
Outras contas a pagar	39.452	-
	38.036	8.541
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	17.341.805	(24.643.857)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Empréstimos entre partes relacionadas	(895.739)	1.054.154
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	(895.739)	1.054.154
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	_	7.000.000
Empréstimos entre partes relacionadas	5.029	15.273
Emissão de debêntures	350.000	25.416.126
Pagamento aos debenturistas	(16.472.347)	(4.023.092)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de	<u> </u>	
financiamento	(16.117.318)	28.408.307
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	328.748	4.818.603
A CHILLIAND DE CAIMA E EXCHANGEM LE DE CAIMA	020.170	1.010.000
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.944.198	125.595
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.272.946	4.944.198
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	328.748	4.818.603

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Contexto operacional

A BizCapital Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima fechada, sediada à Rua Guillhermina Guinle nº 272, 7º andar, parte, Botafogo, cidade e estado do Rio de Janeiro, constituída em 17 de maio de 2017.

A Companhia tem por objeto social (a) a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por instituições financeiras e entidades equiparadas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou, quando foram estrangeiras, pelo Poder Executivo; (b) a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitada a legislação aplicável; (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização dos créditos supracitados; (d) gestão e cobrança dos créditos financeiros adquiridos; (e) aquisição e alienação de títulos representativos de créditos financeiros; f) a emissão, distribuição, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiros e de capitais; e (g) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia.

#### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

#### 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

#### a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas ( NBC TG 1000) , em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC – PME (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas).

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

#### b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

#### c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### d) Data de autorização das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 15 de abril de 2020.

#### e) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

#### 2.2. Pronunciamentos emitidos

#### a) Em vigor para o período iniciado em 1º de janeiro de 2019:

- CPC 06(R2)/IFRS 16 Arredamentos (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) A norma remove a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e requer o reconhecimento de um ativo (o direito de utilizar o item arrendado) e um passivo financeiro relacionado com o pagamento de alugueis.
- IFRIC 23/ICPC 22 Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos dos tributos sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1o de janeiro de 2019.

Os pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 não causaram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

#### b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2020) – A revisão da norma estabelece alterações no CPC 00 (R1) com destaque para: o objetivo do relatório financeiro; definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas; critérios para a inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desconhecimento); bases de mensuração e orientação sobre quando usá-las e conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação.
- IAS 1 /CPC 26 e IAS 8/ CPC 23 Modifica à definição de "material", esclarecendo aspectos da aplicação da materialidade nas informações divulgadas.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- IFRS 3 / CPC 15 Definição de negócio Esta alteração constitui uma revisão da definição de "negócio" para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais.
- Revisão de pronunciamentos técnicos n° 14 Estabelece alterações em diversos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas.
- Revisão de pronunciamentos técnicos n° 15 Alterações dos pronunciamentos técnicos em decorrência da definição do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência", quanto à contabilização de Hedge.
- a. IFRS 17 /CPC 50 Contratos de seguro A IFRS 17 substitui a IFRS 4/CPC11 Contratos de seguro. O objetivo da alteração é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem de forma fidedigna a essência desses contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente.

A Companhia avaliou os reflexos destas normas, e no entanto, não espera impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

#### 3. Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações semestrais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

#### a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### b) Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa n° 4.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, representados por cotas de fundo de investimentos exclusivo, são registrados e inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos de transação e das receitas de originação para os ativos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio de resultado baseado no modelo de negócios da Companhia e nas características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos. Vide maiores detalhes na nota explicativa n° 5.

As cotas deste fundo são avaliadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na database das demonstrações contábeis.

#### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

#### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo

#### (ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### Provisão para remuneração dos debenturistas

Embora apresentados separadamente, devido a cláusulas contratuais parte do saldo de contas a receber é repassado integralmente aos debenturistas da Companhia, ou seja, estes saldos de ativos e passivos são compensados. Por esta razão a Companhia constitui uma provisão para remuneração dos debenturistas na mesma proporção que provisiona o saldo do contas a receber.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### (iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

#### c) Contas a receber

Apresentadas ao valor contábil, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constituiu provisão estimada para perda de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos empréstimos a receber.

As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela , Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em oito níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente	% de Provisão
de 16 a 30 dias	В	1%
- de 31 a 60 dias	С	3%
- de 61 a 90 dias	D	10%
- de 91 a 120 dias	E	30%
- de 121 a 150 dias	F	50%
- de 151 a 180 dias	G	70%
- superior a 180 dias	Н	100%

#### d) Tributos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### e) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada liquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: o valor da receita pode ser mensurado com segurança; é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

#### Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

As operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, no pagamento de parcela de principal ou encargos não sofrem encargos de qualquer natureza, com respectivo reconhecimento no resultado exercício

#### f) Contingências

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis conforme determina o CPC 25, no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Os passivos contingentes decorrentes de litígios ou notificações das entidades fiscalizadoras são avaliados pela Administração com o apoio dos consultores jurídicos da Companhia e aqueles considerados como provável o risco de perda de ação judicial ou administrativa gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas.

#### g) Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das informações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 ano ou R\$ 20 mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. A Companhia adota o regime de incidência cumulativa na apuração do PIS e COFINS. As alíquotas praticadas são 0,65% e 3%, respectivamente.

#### h) Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo período.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### i) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Seção 07 – Demonstração dos Fluxos de caixa do CPC PME.

#### 4. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	2019_	2018
Bancos conta movimento	1.476.854	226.723
Aplicações financeiras	3.796.092	4.717.475
Total	5.272.946	4.944.198

As aplicações financeiras referem-se basicamente ao Fundo de investimento, não exclusivo, mantidos em instituição financeira de primeira linha, lastreados em operações com títulos públicos, que buscam a rentabilidade de CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as aplicações apresentaram rentabilidade de aproximadamente 90% do CDI.

#### 5. Títulos e valores mobiliários

	2019	2018
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	669.134	-
	669.134	-

Em janeiro de 2019, entrou em operação o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios BizCapital Empírica PME, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração. O Fundo poderá emitir Classes e/ou séries de Cotas com prazos e regras de amortização e terá como Gestor a Empírica Investimento e Gestão de Recursos LTDA e como Administradora e Custodiante a CM Capital DTVM.

A controladora denominada BizCapital Correspondente Bancário Ltda. terá o papel de agente de cobrança Líder do FIDC, enquanto a Companhia será cotista subordinada.

O Fundo apresenta três tipos de cotas: Mezzanino, Sênior e Subordinadas (1 e 2). As Cotas Mezzanino e Sênior, serão remuneradas por um percentual do CDI, enquanto a Subordinada, terá com remuneração o resultado líquido do Fundo. Em de junho de 2019 a BizCapital possuía aproximadamente 463,86 cotas subordinadas, equivalentes a 2,55% das cotas subordinadas 2.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### 6. Contas a receber

	2019	2018
<u>Circulante</u>		
Títulos a receber (i)	16.954.704	36.726.384
(-) Rendas a apropriar – juros (ii)	(1.802.751)	(4.664.331)
Socinal financeira	26.145	-
Taxas Administrativas a receber	39.452	100.718
Taxa de Performance a receber	-	54.508
(-) Provisão estimada p/ crédito de liquidação duvidosa – PECLD (iii)	(7.593.216)	(3.930.021)
Subtotal	7.624.334	28.287.258
Não circulante		
<u> 3</u>		
Títulos a receber (i)	1.393.808	1.069.201
(-) Rendas a apropriar – juros (ii)	(258.938)	(124.241)
Subtotal	1.134.870	939.960
Total	8.759.204	29.227.218

A composição dos títulos, por vencimento, é demonstrada abaixo:

A vencer	2019	2018
Até 365 dias	4.696.102	26.153.119
Após 365 dias	1.393.808	1.198.442
Vencidos:		
Até 30 dias	835.680	3.432.935
De 31 a 60 dias	669.070	1.496.965
De 61 a 90 dias	694.780	926.391
De 91 a 180 dias	10.124.669	4.742.959
(-) Provisão estimada p/ crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(7.593.216)	(3.930.021)
Total	10.820.893	34.020.790

- (i) Refere- se às parcelas vencidas e não recebidas e parcelas a vencer dos empréstimos concedidos.
- (ii) Refere-se aos juros de períodos futuros a serem apropriados nos seus respectivos meses, os quais compõem o saldo de títulos a receber. Na composição dos títulos, por vencimento, sendo ele a diferença do total para o contas a receber.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Refere-se a perdas esperadas por inadimplência de clientes. Estimativa do risco de não recebimento.

#### Movimentação do PECLD

	2019
Saldo em 2018	(3.930.021)
Adições	(9.637.693)
Reversões (i)	5.974.498
Saldo Final	(7.593.216)

(i) Em 2019, dos valores provisionados na PECLD foi revertido o montante de R\$ 5.974.498 considerado como perda efetiva (empréstimos acima de 360 dias que já se encontravam 100% provisionados), vide nota explicativa n° 11.

#### 7. Transações com partes relacionadas

Refere-se à movimentação de operações entre a Companhia e sua controladora.

Ativo não circulante	2019	2018
Empréstimos	-	5.029
		5.029
Passivo não circulante		
Contas a pagar	2.851	-
Contas a pagar (Rateio de despesas) – Controladora	339.712	1.238.302
	342.563	1.238.302

Sobre estas operações não incidem encargos e não existe data de vencimento para sua realização.

#### 8. Debêntures a pagar

Conforme Escritura de Debêntures, a Companhia iniciou em março de 2019 o pagamento das parcelas de amortização da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia. Serão doze parcelas pagas em todo dia 10 até o mês de fevereiro/2020. O Pagamento é feito com base no saldo na conta centralizadora em D-1 ao pagamento, descontando os custos de *collection* e o fundo de custeio da Emissão. Até dezembro de 2019 foram feitos dez pagamentos referentes a Emissão.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A partir de agosto de 2019, a Companhia iniciou a amortização de sua 4ª Emissão de Debêntures. A amortização será realizada em doze parcelas (agosto de 2109 a julho de 2020), além de uma parcela residual que será paga após 3 meses (em outubro de 2020). O Pagamento é feito com base no saldo na conta da Emissão em D-1 ao pagamento, descontando os custos de *collection* e o fundo de custeio da Emissão. Entre os meses de agosto e dezembro de 2019, foram pagas cinco parcelas de amortização, totalizando R\$ 7,03MM.

Em relação a 5ª Emissão de Debêntures, a Companhia recebeu em janeiro de 2019 R\$ 200.000 e R\$ 150.000 em aportes nas cotas sênior e subordinadas, respectivamente, totalizando R\$ 350.000. Após julho de 2019, a 5ª Emissão de Debentures se tornou a única a continuar com a aquisição de créditos financeiros, aquisições estas que foram até o mês de fevereiro/2020, pois o pagamento da emissão ocorreu integralmente em 11/03/2020.

2010

#### a) Composição dos saldos contábeis:

			2019	2018
Circulante	Emissão	Encargos Anuais %		
Debêntures Simples (cota única) 3ª Emissão de Debêntures	05/01/2018	Saldo da conta centralizadora no momento do pagamento.	3.930.678	12.328.094
Debêntures Simples (cota única) 4ª Emissão de Debêntures	05/06/2018	Saldo da conta centralizadora no momento do pagamento.	10.590.269	7.107.554
Debêntures Simples 5 <sup>a</sup> Emissão Debêntures (1 <sup>a</sup> série - cota sêrior)	07/12/2018	o valor do saldo disponível e o	1.587.160	-
Debêntures Simples 5 <sup>a</sup> Emissão Debêntures (2 <sup>a</sup> série - cota subordinada)	07/12/2018	valor da remuneração das debêntures da 1ª série, se houver.	1.596.406	-
Provisão de remuneração dos debenturistas		Valor a descontar dos pagamentos dos debenturistas _	(7.245.776) <b>10.458.733</b>	(1.955.901) 17.479.747
a)				
a)			2019	2018
a)  Não Circulante	Emissão	Encargos Anuais %	2019	2018
	<b>Emissão</b> 05/01/2018	Encargos Anuais %  Saldo da conta centralizadora no momento do pagamento.	2019	1.327.530
Não Circulante Debêntures Simples (cota única) 3ª Emissão de		Saldo da conta centralizadora		
Não Circulante Debêntures Simples (cota única) 3ª Emissão de Debêntures Debêntures Simples (cota única) 4ª Emissão de	05/01/2018	Saldo da conta centralizadora no momento do pagamento.  Saldo da conta centralizadora	0	1.327.530
Não Circulante Debêntures Simples (cota única) 3ª Emissão de Debêntures Debêntures Simples (cota única) 4ª Emissão de Debêntures Debêntures Debêntures Simples 5ª Emissão Debêntures (1ª	05/01/2018 05/06/2018 07/12/2018	Saldo da conta centralizadora no momento do pagamento.  Saldo da conta centralizadora no momento do pagamento.  Até 155% das taxas médias do DI. Diferença positiva entre	0	1.327.530 7.279.278
Não Circulante Debêntures Simples (cota única) 3ª Emissão de Debêntures Debêntures Simples (cota única) 4ª Emissão de Debêntures Debêntures Simples 5ª Emissão Debêntures (1ª série - cota sênior) Debêntures Simples 5ª Emissão Debêntures (2ª série - cota subordinada) Provisão de remuneração	05/01/2018 05/06/2018 07/12/2018	Saldo da conta centralizadora no momento do pagamento.  Saldo da conta centralizadora no momento do pagamento.  Até 155% das taxas médias do DI. Diferença positiva entre o valor do saldo disponível e o valor da remuneração das debêntures da 1ª série, se houver.  Valor a descontar dos	0 0	1.327.530 7.279.278 1.254.007
Não Circulante Debêntures Simples (cota única) 3ª Emissão de Debêntures Debêntures Simples (cota única) 4ª Emissão de Debêntures Debêntures Simples 5ª Emissão Debêntures (1ª série - cota sênior) Debêntures Simples 5ª Emissão Debêntures (2ª série - cota subordinada)	05/01/2018 05/06/2018 07/12/2018	Saldo da conta centralizadora no momento do pagamento.  Saldo da conta centralizadora no momento do pagamento.  Até 155% das taxas médias do DI. Diferença positiva entre o valor do saldo disponível e o valor da remuneração das debêntures da 1ª série, se houver.	0 0 0	1.327.530 7.279.278 1.254.007 779.877

2018

CNPJ: 27.757.072/0001-34

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A totalidade das debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações.

#### a) Segregação entre passivo circulante e não circulante:

	2019	2018	Provisão 2019	Provisão 2018
<u>Circulante</u>				
Emissão 3	3.930.678	12.328.094	(2.670.070)	(1.795.166)
Emissão 4	10.590.269	7.107.554	(3.975.316)	(160.735)
Emissão 5	3.183.566	-	(600.390)	-
Total	17.704.513	19.435.648	(7.245.776)	(1.955.901)
	2019	2018	Provisão 2019	Provisão 2018
Não Circulante	2019	2018		Provisão 2018
Não Circulante Emissão 3	2019	1.327.530		Provisão 2018 (256.452)
	2019			
Emissão 3	2019 	1.327.530		(256.452)

#### 9. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 26 de dezembro de 2018, a Companhia junto aos seus administradores, em AGOE (Assembleia geral ordinária e extraordinária) aprovou o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 7.000.000, mediante a emissão, para subscrição privada, de 10.746.416, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,65138 por ação. A totalidade das novas ações emitidas foi subscrita e integralizada à vista, pela acionista Bizcapital Correspondente Bancário.

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$7.700.000 (R\$7.700.000 em 31 de dezembro de 2018), representado por 11.446.416 (11.446.416 em 31 de dezembro de 2018) ações todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### 10. Receita líquida

	2019	2018
Receita de juros s/contas a receber - empréstimos concedidos	8.677.075	6.132.507
Receita de taxa de administrativa e de performance	489.322	155.225
(-) PIS/ COFINS	(56.373)	(26.324)
Total da receita líquida	9.110.024	6.261.408

#### 11. Outras receitas e despesas/ Custos dos serviços prestados

	2019	2018
Juros s/debêntures (i) Juros s/debêntures – partes relacionadas	(7.954.073) -	(5.058.726) (662.907)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (iii)	(9.637.693)	(4.208.560)
Reversão de provisão PECLD (iii)	5.974.498	443.174
Provisão de remuneração dos debenturistas a pagar (ii)	8.995.742	2.453.590
Reversão de provisão de remuneração dos debenturistas pagar (ii)	(4.203.556)	-
Receita de juros sobre debêntures – Perdão de dívida (iii)	4.203.556	895.458
Perdas em contas a receber (iii) Outros	(6.206.813) (6.176)	(444.341) -
Outras receitas Recuperação de despesas	334	15.747
Outras reversões de provisão Despesas não dedutíveis	<del>_</del> _	25.852 (1.297)
Total	(8.834.181)	(6.542.010)
Custos dos serviços prestados Outras despesas e receitas	(8.596.023) (238.158)	(7.476.603) 934.593

<sup>(</sup>i) Refere-se ao custo de capital. São os juros dos empréstimos referentes aos portfólios de debêntures.

<sup>(</sup>ii) A provisão de remuneração dos debenturistas a pagar é apresentada em conjunto com uma conta redutora de passivo com o intuito de refletir o montante que será efetivamente pago nas respectivas datas de liquidação. Conforme cláusula contratual incluída nas escrituras das debêntures, a Companhia fica desobrigada ao pagamento do valor nominal ou da remuneração, prevista nas escrituras de emissão, quando se verificar o inadimplemento ou não realização dos correspondentes créditos financeiros.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) O contas a receber em operações com 360 dias de atraso são revertidos/baixados do ativo no balanço patrimonial, uma vez que de acordo com a política de PECLD, tais empréstimos já se encontram 100% provisionados. Consequentemente, algumas linhas do ativo no Balanço e da DRE sofrem alterações, sem impacto no resultado. São elas: Baixa do contas a Receber (impacto na linha "Perdas em operações de crédito") e reversão da provisão para devedores duvidosos (impacto na linha "Reversão de provisão PCLD") . No que diz respeito ao contas a receber financiados via debêntures, o contas a pagar aos debenturistas sofre uma redução pela perda acima 360 dias (impacto na linha "Receita de juros sobre debêntures — Perdão de dívida") assim como a linha que deduz o contas a pagar do debenturista por conta da estimativa de não recebimento ("Reversão de provisão de remuneração dos debenturistas pagar"). Além da perda do contas a receber com 360 dias de atraso, mencionada anteriormente, a linha "Perdas em operações de crédito" também contempla perdas em renegociações do contas a receber.

#### 12. Despesas administrativas

	2019	2018
Propaganda e publicidade Serviços pessoas jurídicas e físicas Impostos e taxas Utilidades e serviços Centro de serviços compartilhados (Rateio de	(36.462) (607.273) (29.946) (48) (1.824.166)	(53.615) (535.148) (93) (249) (979.148)
despesas) (i) Legais e judiciais Outras despesas	(68.944) (845) (2.567.684)	(25.181) (1.593.434)

(i) A BizCapital Correspondente Bancário, controladora da Companhia concentra as atividades de natureza administrativa tais como: pagamento de funcionários, aluguel, condomínio, telefonia e internet e serviços de limpeza. Conforme acordado em contrato de rateio, a Companhia reembolsa mensalmente em conta corrente o valor determinado e calculado de maneira proporcional à utilização dos recursos utilizados. O reembolso se limita aos custos efetivamente ocorridos pela controladora com os recursos empregados em benefício da Companhia.

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### 13. Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	1.157.085	29.487
Outras	3.170	144
	1.160.255	29.631
Despesas financeiras Despesas bancárias Seguro cartão IOF Juros s/empréstimos Multas e juros	(169.895) (82) (3.015) - (578)	(79.314) - (1.933) (2.517) (6.290) (90.054)
Resultado financeiro líquido	986.685	(60.423)

#### 14. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) – "Resultado por ação", a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais, diluídas em ações ordinárias.

As tabelas a seguir apresentam os dados de resultado e as ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação, sendo o seu resultado o mesmo pois não há nenhum programa de remuneração por ações em vigência.

	Prejuízo	Quantidade média ponderada de ações	Prejuízo por
			ação – básico e diluído
2019	(1.305.156)	11.446.416	(0,11)
2018	(1.934.459)	11.446.416	(0,17)

CNPJ: 27.757.072/0001-34

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### 15. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

A Companhia analisou sua exposição a risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros e câmbio), risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração.

Estes riscos significativos de mercado que afetam a Companhia podem ser assim resumidos:

#### Riscos de taxas de juros e taxa de câmbio

Decorre da possibilidade da Companhia sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas.

A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.

#### Risco de crédito

As políticas de crédito da fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco.

#### Risco de liquidez

Representa o risco da Companhia não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

#### 16. Contingências

A Companhia não possui contingências classificadas como perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui o montante de R\$31.000 referentes as causas de naturezas cíveis. E foram avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis e contempla principalmente ação revisional de juros e taxa do contrato (bancário x consumidor).

CNPJ: 27.757.072/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### 17. Eventos subsequentes

#### Liquidação de debêntures

Em fevereiro de 2020, a 5ª Emissão de Debêntures da Companhia terminou o seu período de aquisição de Créditos Financeiros conforme disposto na sua Escritura da Emissão. Após o término do período aquisitivo, a Emissão teve sua liquidação realizada no dia 11/03/2020, fazendo com que, após esta data somente a 3ª e a 4ª Emissões de Debêntures estejam ativas. O valor líquido pago na cota subordinada foi de R\$ 1.139.435 e na cota sênior foi de R\$ 1.575.909

#### Covid19

Por conta da pandemia do covid19, a empresa tomou uma série de atitudes visando mitigar os principais riscos. Toda a equipe começou a trabalhar de forma remota (home office), a política de crédito foi alterada para um modelo mais conservador e focado em setores menos afetados e diversos custos foram reduzidos. A equipe de gestão também começou a desenvolver outros mecanismos de financiamento de forma a garantir a continuidade das operações. A Companhia pretende oferecer a plataforma de crédito para operar fundos de terceiros. Um primeiro exemplo desta estratégia é o projeto Estímulo 2020 (https://apoiandonegocios.org/). Trata-se de um fundo de doações que são revertidas em empréstimos subsidiados para pequenos negócios. A Companhia fornece toda a plataforma de crédito utilizada pela iniciativa. Os eventuais impactos deste evento extraordinário, ainda não podem ser estimados com precisão, nem quais seriam, se houver, os impactos nos resultados, fluxos de caixa e informações contábeis da Companhia para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020.